

Pagar dívida pública com cartão de crédito é danoso, alerta CDL

Henrique Araújo

Levantamento realizado pela CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de São Caetano alerta para uma prática que, embora pareça facilitar a vida do contribuinte, pode causar sérios danos à economia regional. O uso do cartão de crédito para pagar tributos e contas públicas, adotado por algumas prefeituras, representa um risco para o agravamento do endividamento, este que de agosto de 2024 para agosto deste ano, cresceu 11,72%.

O presidente da CDL, Alexandre Damásio, afirma em entrevista ao RDtv, que as administrações municipais buscam reforçar o caixa de curto prazo, mas transferem à população um peso financeiro insustentável. “As administrações municipais melhoram o caixa no curto prazo, mas empurram a população para uma armadilha de crédito que não tem retorno”, alerta. “É uma política que parte de uma boa intenção, mas produz um efeito danoso sobre as finanças das famílias”.

A taxa 11,72% de inadimplência no ABC supera as médias do Sudeste, de 8,63%, e do país, de 9,20%. Damásio avalia que o aumento é preocupante, mas também reflete a força econômica da região. “A inadimplência só existe porque há crédito, e o fato da região ainda registrar esse movimento mostra que continuamos sendo um centro de geração de riqueza e consumo”.

Cartão de crédito e cheque especial lideram dívidas

A alta no endividamento está diretamente ligada ao uso intensivo de cartões de crédito e cheque especial, modalidades que concentram as maiores dívidas no ABC. Damásio explica que, embora o número de empregos cresceu, a renda média caiu, reflexo da predominância do setor de serviços sobre a indústria. “As cidades da região criam vagas, mas em áreas de menor remuneração e estabilidade. A indústria, que garantia salários mais altos e estabilidade, perdeu espaço, e isso reduziu o poder de compra das famílias”.

Os dados reforçam o diagnóstico. Ribeirão Pires é a única cidade da região com índice de inadimplência inferior a dois dígitos, 9,9%, enquanto as demais

ultrapassam 10%. Mais de 40% dos devedores do ABC têm pendências acima de R\$ 2,5 mil, e a média das dívidas chegou a R\$ 5.561, quase três vezes o valor registrado dois anos atrás. “Há dois anos, as dívidas até R\$ 1,5 mil representavam mais de 40% do total. Hoje, a média da dívida chega a R\$ 5.561. É um valor que corresponde a mais de dois salários líquidos de um trabalhador do varejo”, comenta.

De agosto de 2024 para agosto de 2025, todas as cidades do ABC registraram aumento na inadimplência, com destaque para Rio Grande da Serra, que teve o maior crescimento, 12,61%. Em Mauá, o aumento foi de 12,16%, seguido por Santo André com 12%. São Bernardo apresentou alta de 11,96%, São Caetano com 11,89%, Diadema com 10,80% e Ribeirão Pires abaixo dos dois dígitos, com 9,90%, a menor variação da região.

Inadimplência atinge serviços essenciais

O tempo médio de permanência de um nome negativado no SPC é de dois anos e meio, o que demonstra a dificuldade do consumidor em regularizar a situação. “A dívida virou uma bola de neve. As pessoas conseguem parcelar, mas não concluem o pagamento, e o juro alto transforma qualquer tentativa de quitação em um novo endividamento”, explica Damásio. O levantamento mostra também que o perfil das dívidas mudou. O peso das pendências com bancos, que por anos se manteve em torno de 70%, caiu para 68%, enquanto as dívidas com contas básicas, como água e energia elétrica, cresceram para quase 16%.

O cenário se agrava com a manutenção dos juros altos e com o aumento das tarifas de energia. Damásio compara a política de juros a um tratamento médico que perdeu a medida. “O Banco Central aumenta os juros para conter a inflação, o que é necessário, mas quando mantém a dose por muito tempo, desorganiza o restante da economia, e o resultado é uma população que consome menos, se endivida mais e tem menos poder de compra”, explica

Alternativas que fortalecem a economia local

Entre os principais alertas feitos pela CDL, o uso do cartão de crédito para o pagamento de tributos públicos é tratado como um problema estrutural, em que critica a medida, que se expande em diversas cidades, por incentivar o endividamento de quem já enfrenta dificuldades financeiras. “Temos visto parcelamentos de IPTU e contas de água em 12 vezes no cartão de crédito. Isso é uma irresponsabilidade. O cidadão que já está endividado é incentivado a usar o cartão para pagar dívidas com o próprio poder público, sendo um ciclo de empobrecimento institucionalizado”.

Para reduzir o impacto do endividamento e estimular a economia regional, Damásio defende medidas estruturais que envolvem o poder público e o setor produtivo. “O poder público precisa entender a vocação de cada cidade e trabalhar para desenvolver essas áreas. Ribeirão Pires investe no turismo, o que é positivo. São Bernardo tem uma base industrial que precisa ser resgatada”, sugere.

O presidente da CDL fala também da modernização das formas de pagamento e o incentivo a programas que estimulem o consumo local. Para ele, o Estado já permite o pagamento de IPVA e licenciamento por Pix, e as prefeituras poderiam seguir o exemplo.

Além disso, Damásio reitera ainda a criação de programas de cashback municipal, em que parte dos impostos pagos retorna ao contribuinte em forma de abatimentos ou créditos para consumo na própria cidade. “Cada vez que um consumidor compra no comércio da cidade, poderia acumular um abatimento no IPTU ou em taxas municipais”.

Perspectivas e riscos para 2026

Para enfrentar a crise, Damásio defende uma política de educação financeira permanente e o estímulo à renegociação responsável das dívidas. “É essencial que as pessoas saibam quanto ganham e quanto podem pagar. As negociações diretas com bancos por meio do site consumidor.gov.br são o caminho mais eficaz.” O dirigente observa que os feirões de renegociação muitas vezes têm resultado limitado, pois por vezes, o consumidor paga a primeira parcela e depois não consegue continuar, o que posterga o problema.

“O que vemos agora é um movimento de alta contínua, impulsionado pela combinação de juros altos, crédito fácil e renda estagnada”, explica Damásio. O presidente do CDL alerta que 2026, por ser ano eleitoral, tende a agravar a situação, já que o aumento de gastos públicos e o calendário de consumo, com Black Friday, Natal e contas de início de ano, pressionam ainda mais o orçamento das famílias.

Mesmo diante de um cenário desafiador, Damásio destaca que o ABC tem a capacidade de mensurar seus próprios dados e compreender o problema com clareza, como a partir do levantamento feito pelo CDL. “O fato de termos diagnósticos tão precisos já é uma virtude. Mas é hora de transformar esse diagnóstico em ação concreta. Se continuarmos apenas observando a curva subir, em breve não teremos mais fôlego para reverter o quadro”, comenta.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3714766/pagar-divida-publica-com-cartao-de-credito-e-danoso-alerta-cdl/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Economia